

## PÊRO VAZ DE CAMINHA

O primeiro observador, de quem se conserva contribuição valiosa para o registro das peculiaridades da terra misteriosa, a que aportou a armada de ÁLVARES CABRAL, de viagem para as Índias, foi, sem dúvida, o fidalgo da casa real, nomeado escrivão da feitoria de Calicute.

Datou a sua narrativa epistolar "dêste Pôrto Seguro, da Vossa Ilha de Vera Cruz, hoje, sexta-feira, primeiro dia de maio de 1500", denominação que o rei D. MANUEL, ciente do sucesso auspicioso, não tardou em substituir pela de Santa Cruz, na alvissareira comunicação aos Reis Católicos, de 28 de agosto de 1501.

Com tal escrito, ingressou PÊRO VAZ DE CAMINHA, sem o pretender, nos anais da geografia da expansão lusitana, mais ditoso do que os comandantes dos 13 navios, que partiram do Tejo, a 9 de março.

Dos relatórios, a que se referiu nas primeiras linhas, ao assinalar: "pôsto que o Capitão-mor desta vossa frota e assim os outros capitães escreveram a Vossa Alteza a nova do achamento desta vossa terra nova, que nesta navegação agora se achou, não deixarei também de dar minha conta disso a Vossa Alteza, o melhor que eu puder, ainda que — para o bem contar e falar — o saiba fazer pior que todos", nenhum vestígio perdurou, além da breve carta de Mestre JOÃO, que determinou a latitude local, 17.<sup>o</sup>.

Extraviaram-se ou desapareceram, porventura em consequência do terremoto de Lisboa, em que sumiu preciosa documentação. Sômente a carta de CAMINHA escapou à destruição, para servir de "certidão de batismo do Brasil", como já foi qualificada.

Certo, não se emparceiraria aos cosmógrafos, que se incumbiam de traçar a rota da armada. Mas, possuía suficiente cultura intelectual, para bem compreender o alcance da missão de que participava.

Do pai, VASCO FERNANDES CAMINHA, herdara o cargo de "mestre da balança da moeda da cidade do Pôrto", que atestava o conceito em que era tido por El-Rei. Liberto de preocupações econômicas, poderia desenvolver as suas aspirações literárias, comuns à pequena burguesia provincial de que fazia parte.

Ao definir-lhe as características individualizadoras, MAGALHÃES BASTO incluiu-o "no número das figuras gradas desta terra, dos homens bons do Pôrto, dos honrados cidadãos ou vizinhos que eram chamados aos "Paços de Rollagom" (à Câmara) para discutirem e darem o seu voto nos assuntos de maior gravidade.

E por isso, participou da comissão, eleita pela Câmara, por ordem de D. MANUEL, para que "pratiqueem e ponham por capítulos e apontamentos tôdas as coisas que virem, que cumprem e são necessários ao bem do povo dessa cidade e governança dela".

Harmonizava-se perfeitamente CAMINHA com os seus conterrâneos, entre os quais sobressaía, sem dúvida, pelo seu valor mental e dedicação ao serviço público. Aliás, distinguia-se o Pôrto, como empório do norte de Portugal, cuja mais intensa atividade se concentrava no tráfico marítimo.

Até meados do século XV, assegura CORTESÃO, "em nenhum outro pôrto do país baluçavam mais naus e caravelas portuguesas".

"Burgó flúvio-marítimo, habitavam-no quase exclusivamente mercadores, armadores, pilotos, marinheiros e a chusma de oficiais mecânicos, muitos dos quais se ocupavam nas fainas da construção naval".

Entretanto, "verdadeira república urbana, como as suas congêneres da Flandres e da Itália, distinguia-se destas pelo profundo sentimento de comunhão com que compartilhavam as aspirações e os riscos da pátria maior".

Nesse ambiente, cioso de suas prerrogativas, cresceu e avantajou-se CAMINHA, em quem P. CALMON lobrigou "um humanista sem arrogante erudição, mas de sólidos estudos".

Contemporaneamente, Lisboa empolgava as atividades e opulências do reino, expressos no comércio florescente e na desenvolvida navegação, e estimulava o surto das maiores vocações intelectuais, que lhe deram fama, nas ciências, nas letras e nas artes.

Sem se equiparar aos poetas, que teriam em CAMÕES a sua máxima expressão genial, aos prosadores, que enxameavam na Córte, CAMINHA preparara-se discretamente para, em qualquer oportunidade, revelar as suas aptidões de observador sagaz, habituado ao manejo da pena.

A expedição de ÁLVARES CABRAL, destinada a consolidar as conquistas de VASCO DA GAMA, abriu-lhe ensejo para atuar eficientemente em breve trajetória fora da Pátria.

Antes que tomasse posse do cargo, que lhe competia exercer, em Calicute, a parada em Pôrto Seguro propiciou-lhe ocasião de evitar fim inglório no simples anonimato.

O panorama que se lhe deparou à vista ávida de perceber as particularidades da terra desconhecida, virgem ainda de olhares europeus, despertou-lhe mal contidas veleidades literárias, que lhe inspiraram célebre carta, descritiva de paisagens de Pôrto Seguro e dos costumes e características da gente que povoava as circunvizinhanças.

É o documento mais consultado a quem deseje conhecer os aspectos regionais, que surpreenderam os expedicionários da frota de CABRAL.

Todavia, o seu conhecimento não transbordou do palácio real, onde D. MANUEL o conservou por largo prazo.

Recolhido, mais tarde, à Torre do Tombo, lá o encontrou o douto guarda-mor do Arquivo, JOSÉ DE SEABRA DA SILVA, que lhe apreendeu o alcance incomparável. E em fevereiro de 1773, providenciou para que fôsse tirada "uma cópia muito perfeita e nítida", em boa letra, para "melhor inteligência do seu original".

Nem assim veio a lume.

Continuou arquivada, até que o padre AIRES DO CASAL, ao elaborar a sua "Corografia Brasílica", obteve no Arquivo da Real Marinha, do Rio de Janeiro, um traslado, que anexou à sua obra famosa, publicada em 1817.

Daí por diante, não lhe cessaram as manifestações de apreço, por parte de associações culturais e doutos especialistas.

A Academia Real das Ciências de Lisboa incluiu-a, em 1826, em sua coleção de "Notícias para a história e geografia das nações ultramarinas".

INÁCIO ACIÓLI DE CERQUEIRA E SILVA, em "Memórias históricas e políticas da província da Bahia", de 1835 e MELO MORAIS, no tomo I da "Corografia Histórica do Império do Brasil de 1850", deram-lhe o devido realce, como também JOÃO FRANCISCO LISBOA, no "Jornal do Timon", em 1853.

FERDINAND DÉNIS exibiu-a em 1821, no "Journal des Voyages", de Paris, em linguagem francesa e OLFERS, em alemão, por volta de 1828.

Coube a ALEXANDRE DE HUMBOLDT, mais tarde, analisá-la argutamente, em "Examen critique de l'histoire de la géographie du Nouveaux Continent" (Paris — 1836-1839).

Era, afinal, a consagração que lhe faltava, pronunciada por quem pontificava em assuntos de geografia, para cujo progresso contribuiu com ensaios, que firmaram doutrina.

Daí por diante, multiplicaram-se os comentários, empreendidos pelos sabedores, que JAIME CORTESÃO relacionou em "A Carta de Pêro Vaz de Caminha", ao apresentá-la, ainda uma vez, em 1943, com eruditas anotações.

Qualificando-a como "obra prima literária dum gênero muito português e muito quinhentista, as cartas-narrativas de viagens, dirigidas a El-Rei", submeteu-a a criteriosa análise, para bem interpretar as expressões de testemunha maravilhada, desde a partida de Lisboa, na segunda-feira, a 9 de março.

Pelas dez horas de domingo, 22, avistaram as ilhas de Cabo Verde, ou melhor a ilha de São Nicolau, pela informação de PÊRO ESCOBAR.

À noite, perdeu-se a nau de VASCO DE ATAÍDE, que não mais apareceu. Malogradas as diligências para encontrá-la, prosseguiu a frota o seu caminho, até que "terça-feira das oitavas de Páscoa, que foram vinte e um dias de abril, estando da dita ilha obra de 660 ou 670 léguas, segundo os pilotos diziam, topamos alguns sinais de terras".

No dia seguinte, aumentaram os indícios de aproximação do litoral, que, afinal se lhes deparou à vista curiosa.

"Primeiramente dum grande monte, muito alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dêle; e de terra chã, com grandes arvoredos; ao monte alto o capitão pôs o nome — o monte Pascoal e à terra — a Terra de Vera Cruz".

Assim começou a toponímia de origem lusitana, que tenderia a expandir-se pelas regiões contíguas.

Mas, ao contrário de monte Pascoal, até hoje mantido, para designar o mesmo acidente orográfico, mencionado por VAZ DE CAMINHA, o título escolhido pelo comandante, para designar a suposta ilha, apenas teria alguns meses de aceitação.

Preferiu D. MANUEL aplicar-lhe o nome de Santa Cruz, que também não perdurou.

Em seu lugar, foi-se generalizando o de Brasil, "por causa de um pau assim chamado de côr abrasada e vermelha, com que tingem panos", conforme registou frei VICENTE DO SALVADOR, em sua "História do Brasil".

Depois do primeiro reconhecimento do litoral no trecho próximo, soprou rijamente o sueste, que obrigou a frota a procurar melhor abrigo.

"Fomos de longo", registou CAMINHA, e mandou o Capitão aos navios pequenos que seguissem mais chegados à terra".

"E, velejando nós pela costa, acharam os ditos navios pequenos, obra de dez léguas do sítio donde tínhamos levantado ferro, um recife com um pôrto dentro, muito bom e muito seguro, com uma mui larga entrada".

"E meteram-se dentro e amainaram".

Acompanhando-os as naus, antes do sol pôsto, amainaram também obra de uma légua do recife, e ancoraram em onze braças".

Para completar a descrição do que via, continuou CAMINHA, minucioso em suas informações.

"Ao sábado pela manhã mandou o Capitão fazer vela, e fomos demandar a entrada, a qual era mui larga e alta de seis a sete braças.



Entraram tôdas as naus dentro, e ancoraram em cinco ou seis braças, ancoragem dentro tão grande, tão formosa e tão segura que podem abrigar-se nela mais de duzentos navios e naus”.

Ao domingo de Pascoela, 26, celebrou frei HENRIQUE missa no ilhéu, “que na baía está e que na baixa-mar fica vazio. Porém é por tôda a parte cercado de água, de sorte que ninguém lá pode ir a não ser de barco ou a nado”.

Terminada a pregação, os batéis os transportaram de volta, mas tanto que “puseram as proas em terra, passaram-se todos além do rio, o qual não é mais largo que um jôgo de mancal”...

“Depois andou o Capitão para cima ao longo do rio, que corre sempre chegado à praia”.

Explorados os arredores, já de regresso, “o Capitão passou o rio com todos nós outros, e fomos pela praia de longo, indo os batéis, assim, rente da terra. Fomos até uma lagoa grande de água doce, que está junto com a praia, porque tôda aquela ribeira do mar é apaulada por cima e sai a água por muitos lugares”.

Quando tornaram às naus, já a noite envolvia a paisagem, em que os observadores não distinguiam pessoas nem coisas.

Sòmente no dia imediato, segunda-feira, 27, saíram “todos em terra a tomar água”, e vários palmilharam o estreito caminho, que os levou à aldeia, distante “bem uma légua e meia”, onde “haveria nove ou dez casas, as quais eram tão compridas, cada uma, como esta nau capitania”.

Cobertas de palha, eram “tôdas duma só peça sem nenhum repartimento, tinham dentro muitas esteiras”. Em “cada casa se recolhiam trinta ou quarenta pessoas”, conforme diziam.

E outras informações pormenorizou CAMINHA, arguto nas suas observações acêrca dos netivos, que se lhe apresentavam inteiramente desnudos.

Na terça-feira, 28, “fomos em terra dar guarda de lenha e lavar roupa”.

“E enquanto cortávamos a lenha, acrescentou, faziam dois carpinteiros uma grande cruz dum pau, que ontem para isso se cortou”.

Na quarta-feira, a baldeação dos mantimentos do navio, que velejaria para Lisboa, a dar parte do ocorrido, não permitiu o desembarque, repetido, entretanto, na quinta-feira, 30, em que, pela manhã “fomos em terra por mais lenha e água”.

Para completar os traços característicos dos indígenas, que, facilmente se aproximavam dos forasteiros, acrescentou o escrivão:

“Eles não lavram, nem criam. Não há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem qualquer outra alimaria, que costumada seja ao viver dos homens. Nem comem senão desse inhame, que por aqui há muito, e dessa semente e frutos, que a terra e as árvores de si lançam”.

“E com isto, refletiu, andam tais e tão rijos e tão nédios que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos”.

Solenizou-se, na sexta-feira, 1.º de maio, a posse da terra em que se achavam, onde foi “chantada a Cruz, com as armas e a divisa de Vossa Alteza”.

“Armaram altar ao pé dela, e ali disse missa o padre frei HENRIQUE”.

Antes de terminar a carta, resumiu CAMINHA as suas observações a respeito da terra, em que ficariam dois degredados, um dos quais, AFONSO RIBEIRO, era criado de D. JOÃO TELO, e mais dois grumetes, que “esta noite se saíram desta nau no esquite”, fugidos...

“Esta terra, Senhor, me parece que da ponta que mais contra o sul v. mos até outra ponta que contra o norte vem, de que nós úeste pôrto houvemos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas por costa.

Tem ao longo do mar, nalgumas partes, grandes barreiras, delas vermelhas, delas brancas; e a terra por cima tôda chã é muito cheia de grandes arvoredos.

De ponta a ponta, é tudo praia-palma, muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque, a estender olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa.

Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro...

Águas são muitas, infindas.

E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem.

E que aí não houvesse mais que ter aqui esta pousada para esta navegação de Calecute, isso bastaria”.

Referiu-se neste lance à feitoria a que se destinava, e onde a 16 de dezembro sucumbiu, quando os mouros a assaltaram, antes de decorridos oito meses da carta memorável que escreveu a D. MANUEL, rei de Portugal, para lhe dar ciência da descoberta do Brasil.

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO